



## Alberto João Jardim

### Vice-Presidente do PPE



O Presidente do Governo Regional da Madeira e Presidente da Comissão Política Regional do PSD, **Alberto João Jardim**, foi eleito **Vice-Presidente do Partido Popular Europeu** no Congresso deste partido europeu, que teve lugar no Estoril, onde obteve uma das mais expressivas votações.

texto na pág. 5

### Um Referendo Europeu

Têm razão os que recordam a **má utilização, para efeitos de política doméstica, dos referendos sobre questões europeias.**

Quando em França se ratificou Maastricht a campanha do **NÃO** tentou, com relativo sucesso, transformar o voto numa condenação do então Presidente com a campanha "**Voter Non à Maastricht, c'est voter non à Mitterrand**".

Mas os maus exemplos do passado **não podem nem devem inibir as democracias** de exercer o poder referendário.

Os detractores do projecto europeu exploram amiúde a falta dessa legitimidade. E quando se fala no défice de participação dos cidadãos na construção comunitária **há que devolver ao povo soberano a decisão.**

A provável **aprovação de um Tratado Constitucional proporciona-nos uma excelente oportunidade** para esse exercício de permitir aos europeus que se exprimam democraticamente.

E quando tanto se fala em cidadania europeia nada há de mais correcto do que permitir que ela se exprima. Porventura em toda a Europa mas, pelo menos, em Portugal

Carlos Miguel Coelho

### Luta contra o terrorismo

Intervenções de:  
**José Pacheco Pereira e Carlos Coelho** pág. 2

### Reforma da PAC

Intervenção de  
**Arlindo Cunha** pág. 3

### Sérgio Marques na África do Sul

pág. 4

### O PSD disse...

Intervenções de:  
**Vasco Graça Moura Regina Bastos Jorge Moreira da Silva** pág. 7

## Luta contra o terrorismo



### Pacheco Pereira: ambiguidades europeias

O Vice-Presidente do PE **José Pacheco Pereira** afirmou que, "embora os atentados terroristas mais importantes do último ano se tenham dado em Nova Iorque e em Bali, seria interessante fazer uma reflexão sobre qual teria sido a resposta da Europa **se o atentado original** que nos chamou a atenção para a importância do terrorismo, o atentado do 11 de Setembro de 2001, **se tivesse dado na Europa**, se os aviões, em vez de terem atingido as torres de Nova Iorque, tivessem atingido a Torre Eiffel, os edifícios do Parlamento Europeu ou qualquer outro importante edifício europeu.

Talvez tivéssemos, nessa auto-reflexão, acrescentou, mais percepção das nossas ambiguidades e das nossas dificuldades em lidar com o fenómeno do terrorismo que, de todo, ainda não abandonámos".

Pacheco Pereira, que louvou "a intenção do Conselho de manter sobre esta matéria uma **cooperação com os Estados Unidos**" sublinhou que "o terrorismo tem pouco a ver com a pobreza. É evidente

que há pobres envolvidos nas acções terroristas, mas quem manda não é pobre. E se olharmos para o mundo, o mundo mais pobre não está envolvido no fenómeno do terrorismo: seria de África que viriam os principais actos de terrorismo se, efectivamente, houvesse uma correlação entre o terrorismo e a pobreza. Não há!

**O terrorismo é um fenómeno no qual há uma racionalidade política**, e essa racionalidade política implica a obtenção de objectivos determinados e implica uma lógica de poder. **E isso não vem, naturalmente, dos mais pobres**, ou pelo menos não vem directamente dos mais pobres".

Comentando uma citação de Popper feita pelo Comissário Chris Patten, Pacheco Pereira afirmou que "o nosso problema é também um problema que Popper foi capaz de enunciar: não é tanto o **dilema entre as liberdades** e a nossa **percepção da segurança** e a defesa da sociedade aberta, é a nossa incapacidade e dificuldade em acreditar na superioridade moral da democracia, na superioridade moral da liberdade e, actuando na base desta noção, que é uma noção civilizacional e uma noção que os povos de todo o mundo e, em particular, os pobres desejam, talvez tivéssemos capacidade e desenvoltura para actuar contra o terrorismo que, infelizmente, algumas ambiguidades europeias não permitem ter".



### Carlos Coelho: "Que a segurança não sufoque a liberdade e a justiça"

O Deputado Carlos Coelho defendeu que "com os terríveis atentados de 11 de Setembro, a **ameaça terrorista** adquiriu uma dimensão mundial, requerendo uma reacção global que possa combater eficazmente essa que é uma das maiores ameaças contra a democracia, o livre exercício dos Direitos do Homem e o livre desenvolvimento económico e social.

A União Europeia orgulha-se da sua defesa permanente pelo respeito desses valores fundamentais no mundo e dentro do espaço comunitário. É de louvar a **acção rápida e eficaz** que a União Europeia teve ao tentar encontrar uma resposta efectiva para este flagelo, definindo uma estratégia global anti-terrorista".

Para Carlos Coelho, a "estratégia global da União e dos seus Estados Membros deve ter sempre como objectivos:

- 1 - um reforço dos princípios do Estado de Direito ;
- 2 - um reforço do diálogo e do controlo democrático;
- 3 - um reforço dos meios de prevenção e de repressão dos crimes terroristas

É fundamental que os Estados Membros disponham de uma legislação penal efectiva e que adoptem medidas com vista ao reforço da cooperação policial e judiciária, bem como da **cooperação ao nível internacional**.

Carlos Coelho salientou ainda que "nunca é de mais recordar que o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça, que estamos progressivamente a construir, **só faz sentido com uma existência equilibrada dessas 3 componentes**, sem que qualquer uma delas prejudique as restantes.

Os trágicos acontecimentos de 11 de Setembro que provocaram um enorme acréscimo na atenção dedicada às medidas relativas à segurança - tentando deste modo dar resposta às expectativas dos cidadãos em termos de luta contra o terrorismo - não podem, porém, servir de justificação a excessos ou **exageros que levem a que a segurança sufoque a liberdade e a justiça**".

## Arlindo Cunha sobre a Reforma da PAC

O Deputado **Arlindo Cunha** defendeu, no Parlamento Europeu, que "a Cimeira de Bruxelas teve o inegável mérito de **desbloquear o processo financeiro do alargamento** e de fixar as regras do jogo no que respeita aos apoios à agricultura para os próximos 10 anos".

Arlindo Cunha recordou que, "na base de um entendimento franco-alemão, a Cimeira de Chefes de Estado e de Governo realizada a 25 de Outubro em Bruxelas, decidiu que as transferências do orçamento comunitário destinadas à agricultura (1º pilar do FEOGA-Garantia) se manteriam inalteradas até 2006 (termo da actual política agrícola decidida no Conselho Europeu de Berlim de 1999) e que a partir de 2007 até ao ano de 2013 apenas poderão crescer a 1% por ano.

Muitas afirmações contraditórias têm sido proferidas a respeito das consequências práticas desta Cimeira sobre a **Revisão Intercalar da PAC (RIPAC)**, acrescentou **Arlindo Cunha**. Para uns a RIPAC foi enterrada até 2006. Para outros, as decisões da Cimeira apenas fixam regras de financiamento e não interferem com a necessidade de reformar a PAC.

**Os próprios Comissários parecem também não escapar a estas contradições**, com o Comissário Fischler a afirmar que a única coisa que a Cimeira implicou foi um novo contexto financeiro para a RIPAC, e que esta deve continuar a ser perseguida mas agora no respeito pelas novas regras financeiras; e o Comissário Lamy a lamentar o adiamento do novo modelo de ajudas directas desligadas da produção".

Para **Arlindo Cunha**, "**seria profundamente errado confundir a perspectiva de estabilidade de financiamento com a manutenção do status-quo na PAC**. Há 4 razões principais que me levam a pensar que alguma mudança tem que ser feita.

A **primeira** é que, por mais discursos que se façam, a actual PAC não dá respostas minimamente satisfatórias àquilo que são hoje os grandes argumentos utilizados por todos para defender a necessidade de uma política agrícola comunitária: um rendimento digno para os agricultores, a segurança alimentar, a preservação do ambiente, das paisagens e dos equilíbrios territoriais, a melhoria da qualidade dos produtos, o bem estar animal,

etc... E para quem tiver dúvidas, que olhe para as dotações orçamentais destinadas a estas rubricas, que no seu conjunto não ultrapassam os 12% de todo o orçamento da UE destinado à agricultura e ao desenvolvimento rural.



Ou seja, andamos a utilizar o argumento do Modelo Agrícola Europeu e da multifuncionalidade da agricultura para na Organização Mundial do Comércio (OMC) defender os subsídios que atribuímos à agricultura, mas a nossa prática interna é contraditória com esse argumento. Daí a **necessidade de reforçar substancialmente o segundo pilar** (ou desenvolvimento rural) e não vejo grandes formas de o fazer se não for a partir de transferências do primeiro.

**...um sistema que atribui a um agricultor português 1/5 das ajudas que são atribuídas aos agricultores europeus**

A **segunda** razão é que no quadro da OMC (que é uma realidade incontornável para a UE) custar-nos-ia muito caro querer preservar o status-quo, isto é o actual sistema de ajudas directas por hectare ou cabeça de gado, pois **teríamos que ceder noutras questões fundamentais**, como, por exemplo, a protecção das denominações de origem dos produtos agro-alimentares.

A **terceira** razão é que a **iniquidade distributiva que, por razões históricas, a PAC apresenta é, pura e simplesmente, insustentável a longo prazo**. Trata-se de um sistema que atribui em média a um agricultor português um quinto das ajudas que são atribuídas em média aos agricultores europeus, apesar de estes já estarem à partida penalizados em virtude de o seu rendimento ser cerca de um quarto do dos seus parceiros comunitários. Tal correcção implicará que o eventual processo de dissociação parcial das ajudas directas tenha que ser **acompanhado de uma correcção da base histórica de partida nos casos de mais mercado desequilíbrio, como é o de Portugal**.

A **quarta** e última razão para agir é que o actual sistema de ajudas, apesar de ser simpático para os agricultores que mais beneficiam dele, é **demasiado complicado para aplicar na União Europeia alargada a 25 e posteriormente a 27 Estados Membros**, que implica praticamente **duplicar o actual número de agricultores**".

## Sérgio Marques na África do Sul

O Deputado **Sérgio Marques** visitou recentemente a **África do Sul** onde, para além de manter contactos com as autoridades sul-africanas, que incluíram reuniões no Parlamento e com o **Ministro da Segurança**, participou em vários encontros com a **comunidade portuguesa** naquele país.

**Sérgio Marques** destacou a importância desta visita para "*informar a comunidade portuguesa sobre o alcance muito significativo da política de cooperação da União Europeia com a República da África do Sul, dotada de várias centenas de milhões de euros até 2007*" e manifestou-se confiante no "*impacto desta cooperação no combate ao clima de insegurança que tanto tem afectado a comunidade portuguesa*".

### Sérgio Marques questiona Comissão sobre apoios à África do Sul

Sérgio Marques questionou a Comissão Europeia sobre os **projectos de cooperação com a África do Sul nas áreas económica e de segurança**. O Deputado quer saber se esta instituição comunitária tem bem definidos os objectivos que pretende atingir com os programas de cooperação e se faz o acompanhamento adequado da execução dos mesmos.

Na área da promoção e **melhoria dos níveis de segurança da África do Sul**, Sérgio Marques interroga a Comissão Europeia sobre o projecto de organização e apoio institucional ao serviço de polícia da África do Sul, o projecto de apoio à transformação do sistema judicial e o projecto de assistência ao policiamento da província do Cabo Oriental, que, em conjunto, vão absorver mais de 54 milhões de euros de ajuda comunitária.

**Sérgio Marques solicita informações sobre a execução** (física e financeira) **destes projectos** e sobre "*qual o impacto esperado na melhoria das condições de segurança na África do Sul*" e se estes

projectos podem ser alargados a outras zonas deste país. O Deputado pretende ainda saber se a Comissão adoptou as recomendações propostas pelo Parlamento Europeu na sua última resolução sobre a situação na África do Sul.



*Sérgio Marques com o Ministro sul-africano da segurança*

Numa outra série de questões à Comissão Europeia, incidindo sobre os projectos de cooperação económica, Sérgio Marques quer saber **qual o estado de execução dos diferentes programas apoiados** no âmbito do Programa Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento da África do Sul.

A União Europeia canalizou para estas iniciativas um total de **885,5 milhões de euros para o período 2000-2006**, ao qual acresce um **montante de 825 milhões de euros de empréstimos** concedidos pelo Banco Europeu de Investimentos. Este programa tem como objectivo contribuir para um desenvolvimento económico

e social, integrando medidas que visam a redução da pobreza, a integração do país na economia mundial, a redução do clima de insegurança e a consolidação da democracia.

Sérgio Marques pretende que a Comissão o informe se foi feita uma avaliação prévia do impacto deste programa e quais as expectativas na criação de postos de trabalho e de infra-estruturas, na formação dos cidadãos e no controlo da SIDA.

**O Deputado social democrata afirma que é com preocupação que observa os últimos dados referentes à África do Sul** que é de longe a maior economia do continente africano e factor de estabilidade política, numa região marcada por enormes problemas políticos, sociais e económicos.



*Sérgio Marques no monumento às vítimas da criminalidade*

## Congresso do P.P.E. no Estoril

**O Partido Popular Europeu reuniu em Congresso, pela primeira vez em Portugal, nos dias 17 e 18 de Outubro.**

**Alberto João Jardim**, que obteve uma das mais expressivas votações do Congresso, foi Presidente da Conferência das Regiões Periféricas Marítimas, entre 1987 e 1996 e é membro do Comité das Regiões da União Europeia. É também, desde 1978, presidente da Delegação Portuguesa ao Congresso dos Poderes Locais e Regionais do Conselho da Europa.

Nos trabalhos participaram cerca de **600 congressistas** de todos os países da Europa, tendo estado presentes na sessão de abertura do Congresso **7 Primeiros Ministros** de países da União Europeia e ainda os Primeiros Ministros da Noruega e da Eslováquia.

Falando na abertura dos trabalhos, o primeiro Ministro português e Presidente do PSD, José Manuel Durão Barroso afirmou que "**Portugal e o PSD consideram um erro qualquer revisão do equilíbrio institucional que tendesse a minorizar a posição da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu**" e recusou "**qualquer solução que encaminhe a Europa para um directório em que alguns serão mais iguais que outros**".

O Congresso aprovou um texto orientador sobre a construção europeia que será o documento base para os membros do PPE envolvidos nos trabalhos da **Convenção sobre o Futuro da Europa**.

Logo no primeiro ponto deste texto afirma-se que a União Europeia se baseia nos "**valores indivisíveis e universais da dignidade humana, da liberdade, da igualdade e da solidariedade**", no respeito dos "**princípios da democracia e do Estado de direito**" instituindo "**a cidadania da União e criando um espaço de liberdade, segurança e justiça**".

O PPE defende que "**a unificação da Europa**



*Durão Barroso com os Primeiros Ministros francês, italiano e espanhol*

**constitui um acontecimento único, que não se pode comparar com os anteriores alargamentos**" devendo ser desenvolvidos todos os esforços para "**prosseguir com êxito a integração europeia**".

Para o PPE, "**a democracia e a transparência são as linhas directivas da política europeia**", sendo necessária "**uma maior transparência na actual repartição de competências entre os Estados membros e a União, bem como uma considerável democratização das instituições**".

**Os cidadãos devem saber que nível de administração é responsável por determinada decisão, devendo esta repartição de competências anteceder qualquer debate sobre o futuro da Europa, no respeito dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade**".



*Durão Barroso na sessão de abertura do Congresso*

No sentido de reforçar as competências dos parlamentos nacionais, o PPE defende que os governos dos Estados membros façam prova de mais abertura relativamente aos respectivos parlamentos quando elaboram as suas políticas ligadas à União Europeia, devendo cada parlamento assegurar o controlo da actuação do seu próprio governo no Conselho.

O PPE entende que "**a criação de uma nova instituição dos parlamentos nacionais ao nível europeu não contribuirá para se atingirem os objectivos de maior transparência, de mais democracia e de maior eficácia dos processos de decisão**".



## Arlindo Cunha defende apoio aos PVD's

O Deputado **Arlindo Cunha** participou, em Estrasburgo, no debate sobre uma estratégia de apoio aos **Países em Vias de Desenvolvimento (PVD)** com vista à sua **auto-suficiência alimentar** e ao desenvolvimento sustentado da sua agricultura e zonas rurais.

Arlindo Cunha defendeu que "o apoio da União Europeia deve **basear-se mais no desenvolvimento sustentável dos recursos endógenos**, o que significa essencialmente obter a **meta da auto-suficiência alimentar**. Sem prejuízo de outros projectos mais voltados para a exportação, esse apoio ao desenvolvimento endógeno deve implicar uma revisão da estratégia até agora seguida, designadamente através das prioridades estabelecidas no quadro do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) e do Acordo de Cottonou".

Arlindo Cunha sublinhou que, no essencial, "**a agricultura da UE é complementar da dos PVD**, já que esses países são grandes importadores de produtos de zonas temperadas (carne, cereais, leite), enquanto que a UE é grande importadora de produtos tropicais (frutos, café, açúcar, cacau, sisal, algodão, etc.). Muitas vezes vê-se o conflito mais na óptica dos interesses de algumas empresas multinacionais que operam nesses países, do que na óptica dos interesses das populações locais".



## Política de Coesão: Sérgio Marques quer mais meios

O Deputado **Sérgio Marques** denunciou, em Bruxelas, "a **insuficiência de meios**, que põe em risco a existência no futuro duma **política de coesão equilibrada**, que por um lado não esqueça o défice de coesão ainda existente na União Europeia a 15, e por outro lado, esteja à altura do maior desafio de sempre que alguma vez já se colocou ao processo de integração europeia".

Sérgio Marques salientou também e a propósito "o contraste com o passado recente quando por ocasião doutros importantes desafios se duplicaram por duas vezes os recursos financeiros da coesão".

Num debate, no Plenário do Parlamento

Europeu, sobre o 1º Relatório Intercalar da Comissão Europeia sobre a Coesão Económica e Social, Sérgio Marques restringiu a sua intervenção "à **questão política central subjacente ao futuro da Política de Coesão**".

*Trata-se, como é fácil de calcular, de saber qual o montante dos recursos financeiros que estarão afectos a este Pilar crucial do processo de construção europeia no período de 2007 a 2013.*

*E é a questão política central porque a Europa só tem viabilidade se assentar num projecto de **solidariedade** a favor das suas Regiões mais carenciadas. A União Europeia não poderá fazer-se baseada em **desigualdades regionais excessivas**".*



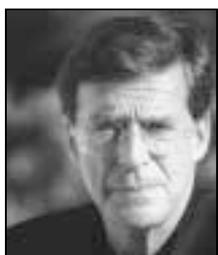
## Carlos Coelho defende normas comuns para os refugiados

O Deputado **Carlos Coelho** defendeu no Plenário do Parlamento Europeu, em Estrasburgo, a **necessidade de existirem normas mínimas comuns de concessão do estatuto de refugiado** e criticou o Relatório da Deputada Lambert por não ajudar a criar o consenso que seria útil e desejável nesta matéria.

*"Estamos de acordo, afirmou, com medidas que visam **limitar os movimentos secundários de requerentes de asilo**, mediante a **redução das diferenças existentes entre as legislações e as práticas dos vários Estados Membros** neste domínio, e que pretendem impor uma repartição justa dos esforços entre os Estados Membros".*

Carlos Coelho exprimiu ainda o seu acordo "com medidas que permitam aos refugiados, como a quaisquer pessoas que beneficiem de outras formas de protecção, ter a possibilidade de viver com dignidade, dentro da comunidade onde estão inseridos, o que só poderá acontecer se acautelarmos os seus direitos individuais e sociais - especialmente o seu direito ao trabalho, à saúde, à educação, à formação, e à participação nessa sociedade".

Para Carlos Coelho, "nestas matérias, porém, a prudência é uma virtude. **É melhor avançar devagar e bem do que depressa e mal**. Políticas aparentemente muito generosas têm como resultado **criar sentimentos de rejeição e aumentar reacções xenófobas que não podemos deixar de criticar**".



## Graça Moura: teatro não deve depender de dinheiros públicos

O Deputado Vasco Graça Moura defendeu, em Estrasburgo, que "**o dinamismo no teatro e nas artes do espectáculo não deveria depender essencialmente das subvenções públicas.**

*É, com efeito, muito importante, acrescentou, o estímulo à diversificação das fontes de financiamento e o reforço das políticas de captação dos apoios mecenáticos, com a correspondente contrapartida fiscal susceptível de atrair os mecenas. Mas é também importante que as artes do espectáculo encontrem uma dimensão empresarial satisfatória".*

Num debate no Plenário do Parlamento Europeu sobre o "Teatro e as artes do espectáculo numa Europa alargada", Vasco Graça Moura sublinhou que "vivemos numa economia de mercado e nem o Estado, nem a União Europeia têm de ser ama de leite ou ama seca da criação cultural.

**Não há qualquer justificação para que as artes do espectáculo sejam, como regra, directamente apoiadas por um sistema de subvenção pública às produções.** Será mais importante que a criação cultural corra os riscos que lhe são inerentes e que os meios públicos tornem internacionalmente possível a promoção, a circulação, a maior acessibilidade dos conteúdos através da tradução e da legendagem, a própria co-produção no espírito do Programa Cultura 2000".



## Segurança no trabalho: Regina Bastos defende política de prevenção

A Deputada Regina Bastos considerou, em Estrasburgo, que "a proposta da Comissão Europeia apesar de insuficiente, constitui um primeiro contributo para a resolução do problema da **protecção dos trabalhadores independentes, relativamente à saúde e segurança no trabalho**".

No termo do debate no Plenário do Parlamento Europeu sobre as propostas da Comissão Europeia para protecção dos trabalhadores independentes, Regina Bastos defendeu que "**as preocupantes taxas de acidentes de trabalho destes trabalhadores e a necessidade de garantir o direito a condições de trabalho saudáveis, seguras e dignas, impunham esta abordagem**".



Regina Bastos salientou que "**é nos sectores considerados de alto risco - agricultura, pesca, transporte rodoviário, indústria transformadora e construção civil - onde se concentra um considerável número de trabalhadores independentes, que ocorre uma elevada taxa de acidentes de trabalho. É pois urgente a aplicação de uma política eficaz de prevenção, acompanhada de acções de formação, informação e de campanhas de sensibilização**".

No contexto de uma crescente mobilidade profissional, Regina Bastos defendeu ainda ser "**fundamental tomar medidas comunitárias visando a harmonização dos diferentes níveis de protecção dos trabalhadores independentes de cada Estados-membro, a par do reconhecimento e implementação da legislação nesta matéria**".



## Moreira da Silva defende regulamentação do mercado de medicamentos

O Deputado Jorge Moreira da Silva considerou, em Estrasburgo que "**a legislação aprovada no PE, regulamentando o mercado interno de medicamentos, é extremamente importante uma vez que potencia a obtenção de três grandes objectivos: melhores padrões de saúde na União Europeia, através de regras comuns de segurança e eficácia dos medicamentos; fomenta o aparecimento de novos medicamentos através da aposta e protecção da inovação científica e tecnológica e acelera o fabrico e comercialização dos medicamentos genéricos na União Europeia.**

*Esta regulamentação do mercado interno do medicamento, acrescentou Jorge Moreira da Silva, despertou um grande interesse e até polémica no Parlamento Europeu dado que muitos dos objectivos a alcançar conflituam entre si — fomentar a competitividade das empresas farmacêuticas europeias, no quadro da economia mundial, mas democratizar o acesso aos medicamentos e assegurar a sustentabilidade dos sistemas nacionais de saúde pela aposta nos medicamentos genéricos; fomentar a investigação científica da parte dos laboratórios, protegendo temporariamente esses dados, mas acelerar a entrada dos genéricos no mercado; conferir maior rapidez no acesso aos novos medicamentos sem prejuízo da segurança e eficácia dos medicamentos".*

Para Jorge Moreira da Silva "**o resultado final a que se chegou no Parlamento Europeu é equilibrado e introduziu melhorias substanciais à Proposta da Comissão Europeia esperando-se que, tanto esta como o Conselho, venham a acolher as alterações do Parlamento, tendo salientado que as principais matérias em debate foram as relativas aos procedimentos de Autorização de Introdução no Mercado, à comercialização dos produtos genéricos e informação a disponibilizar aos pacientes**".



## Teresa Almeida Garrett defende Carta dos Direitos no futuro Tratado da União

A Deputada Teresa Almeida Garrett afirmou em Estrasburgo não ter "dúvidas sobre a necessidade de alicerçar a construção da nossa vida em comum em torno do cidadão e dos seus direitos. Antes do mercado, temos mulheres e homens que dão sentido a esta comunidade. É por isso, acrescentou, que, sem tibiezas, defendemos a inclusão da Carta dos Direitos Fundamentais como a parte mais nobre do futuro tratado constitucional da União Europeia".

Teresa Almeida Garrett sublinhou que "uma das principais missões da Convenção sobre o Futuro da Europa é a de dar resposta à pergunta formulada em Laeken há já quase um ano sobre a conveniência de incluir a Carta dos Direitos Fundamentais no Tratado da UE".

A Deputada portuguesa afirmou estar consciente "que muitos dos direitos, princípios e liberdades poderiam ter sido formulados de outra maneira e deverão, no futuro, ser revistos. O tempo hoje é de clarificar e de reforçar o estatuto jurídico da Carta, dando-lhe um carácter vinculativo e aumentando a protecção jurídica dos cidadãos europeus face às instituições europeias e aos Estados-membros quando aplicam direito comunitário".

Teresa Almeida Garrett defendeu que a Carta dos Direitos Fundamentais deverá ser "a parte nobre do novo tratado constitucional", sendo necessário "prever regras solenes para a sua revisão e após a atribuição explícita de uma personalidade jurídica única à União Europeia, defender a adesão à Convenção Europeia dos Direitos do Homem".



## Joaquim Piscarreta congratula-se com linha orçamental para Timor-Leste

O Deputado Joaquim Piscarreta, membro da Comissão dos Orçamentos, congratulou-se com a votação pelo Plenário do Parlamento Europeu da manutenção de uma linha específica para Timor Leste no Orçamento da União Europeia para 2003, que contou com o apoio dos Deputados do PSD e com a generalidade dos Deputados do Grupo do PPE.

Joaquim Piscarreta criticou a posição "daqueles que pretendiam eliminar esta linha e integrá-la na rubrica dos apoios da União aos países da Ásia" e salientou que esta votação mostra "o firme empenho do Parlamento Europeu a favor da estabilidade e do desenvolvimento de Timor-Leste".

O Orçamento prevê um total de 25,5 milhões de euros de apoios da União Europeia a Timor Leste.

## Os Deputados do PSD

### José Pacheco Pereira

Telf: (32.2) 28.45371  
Fax: (32.2) 28.49371  
e-mail: JoPacheco@europarl.eu.int

### Vasco Graça Moura

Telf: (32.2) 28.45369  
Fax: (32.2) 28.49369  
e-mail: VGraca@europarl.eu.int

### Teresa Almeida Garret

Telf: (32.2) 28.45566  
Fax: (32.2) 28.49566  
e-mail: TAlmeida@europarl.eu.int

### Arlindo Cunha

Telf: (32.2) 28.45381  
Fax: (32.2) 28.49381  
e-mail: ACunha@europarl.eu.int

### Sérgio Marques

Telf: (32.2) 28.45404  
Fax: (32.2) 28.49404  
e-mail: Smarques@europarl.eu.int

### Jorge Moreira da Silva

Telf: (32.2) 28.45448  
Fax: (32.2) 28.49448  
e-mail: JMoreira@europarl.eu.int

### Carlos Coelho

Telf: (32.2) 28.45551  
Fax: (32.2) 28.49551  
e-mail: CCoelho@europarl.eu.int

### Regina Bastos

Telf: (32.2) 28.45790  
Fax: (32.2) 28.49790  
e-mail: RBastos@europarl.eu.int

### Joaquim Piscarreta

Telf: (32.2) 28.45374  
Fax: (32.2) 28.49374  
e-mail: JPiscarreta@europarl.eu.int

## CARTA DA EUROPA

Boletim Informativo da

Delegação do PSD do GRUPO DO PARTIDO POPULAR EUROPEU

Director: Carlos Miguel Coelho Redacção: José Luís Fernandes e Sandra Nunes

Ilustrações: Júlio Pisa

rue Wiertz - ASP 8E150 1047 Bruxelles tel(02)284 5551 fax (02)284 9551